

Gênero e raça no contexto escolar: a experiência da Oficina Mulheres Negras e Literatura

Caroline da Matta, Ingrid Matos e Sílvia Barros

Colégio Pedro II, silvialetras2003@yahoo.com.br

Introdução

A Oficina Mulheres Negras e Literatura nasceu da percepção de que as aulas de português, planejadas a partir de um programa institucional, ofereciam um panorama limitado de textos literários aos estudantes. Essa limitação se deve tanto ao tempo de que as professoras e os professores dispõem para trabalhar a leitura literária, quanto da força do cânone na seleção de textos no material didático.

Sobre o cânone literário, é necessário entendê-lo como elemento decisivo na reafirmação do *status quo* no que diz respeito às questões raciais e de gênero:

(...) a literatura produzida por negros e tendo o negro como tema atinge diretamente o cânone – no qual gênero (masculino) e raça (branco) estão vinculados à hegemonia social – que relega à subalternidade essas representações e expõe a tensão do lugar da fala, de quem fala (SOUZA, 2013). Portanto, torna-se fundamental questionar a homogeneização do cânone, pois “ignorar essa abertura é reforçar o papel da literatura como mecanismo de distinção e hierarquização social, deixando de lado as suas potencialidades como discurso desestabilizador e contraditório” (DALCASTAGNÊ, 2012, p. 12), uma vez que o cânone se apresenta rígido e não aceita interferências nem contestação (FELISBERTO & RISO, 2014, p. 115).

Acrescente-se a isso o fato de a palavra “representatividade” ter-se tornado conhecida para um público mais amplo, fazendo-se necessário indagar quais identidades estariam representadas na literatura presente nas salas de aula.

Com essa indagação em mente, idealizamos a oficina com a proposta de ler textos de autoria feminina negra, brasileira e estrangeira, em um contexto que não estivesse limitado a séries, faixas etárias ou gêneros. Nesse sentido, consideramos importante a convivência entre alunas e alunos de diferentes turmas e séries, além da promoção de um momento de contato com o texto literário que não esteja atrelado à avaliação acadêmica. O principal objetivo da oficina é dar visibilidade a uma autoria que, por seu perfil de raça e de gênero, não é contemplado pela tradição, instigando, assim, que alunos e alunas, especialmente alunas negras, percebam também seu papel de autores da própria história.

Ainda é preciso ressaltar que, há 15 anos, foi promulgada a lei 10.639/03 que versa sobre a obrigatoriedade de trabalhar com os elementos da história, cultura e literatura africana e afro-brasileira. O artigo 26, afirma que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura AfroBrasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social,

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

Destacamos que a lei não informa apenas que devemos falar sobre a cultura africana e afro-brasileira, mas inclui conteúdo sobre a luta dos negros e a presença desse sujeito na formação da sociedade nacional. Ou seja, o texto traz uma mensagem metalinguística: a lei criada a partir da luta dos movimentos negros por visibilidade garante que se discuta nas aulas das mais diversas disciplinas questões da luta do povo negro no Brasil. Tal ação que só pode ser empreendida também com muita luta nos estabelecimentos de educação pública ou privada, pois, mesmo após 15 anos de existência da lei, ainda há uma série de entraves para sua aplicação e, mais ainda, para a naturalização dos conteúdos por ela propostos, no cotidiano das salas de aula nas mais diversas disciplinas.

Cabe, desse modo, salientar o papel privilegiado do discurso literário nesse caminho de luta por visibilidade:

A literatura pode oferecer um acesso a diferentes perspectivas sociais mais rico e expressivo do que, por exemplo, aquele proporcionado pelo discurso político em sentido estrito. Por isso mesmo, é um território em disputa, onde está em jogo a possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, de se fazer visível dentro dele. Ignorar essas reivindicações em torno do literário costuma ser uma maneira de reafirmá-lo como um atributo sobrenatural e trans-histórico, fruto de um “talento” que se fixa em alguns indivíduos especiais, em vez de ser uma prática social, que tem a ver com a produção de hierarquias que beneficiam alguns e excluem outros (DALCASTAGNÈ, 2014, p. 68).

Metodologia

Assim, a oficina mulheres negras e literatura, organizada pelas professoras Caroline da Matta, Ingrid Matos e Sílvia Barros, é uma oficina livre, ou seja, não há inscrição ou obrigatoriedade de frequência, que ocorre quinzenalmente às sextas-feiras no *campus* Tijuca II do Colégio Pedro II. A dinâmica da oficina não é fixa, seu único componente obrigatório e eixo central são os textos de autoria feminina negra em seus mais diversos gêneros. Uma parte do tempo é dedicada à leitura e discussão dos textos selecionados, a princípio pelas professoras, mas há também contato com músicas e vídeos que fomentem a reflexão. Em 2017, trabalhamos como o gênero carta, a partir da leitura de trechos do romance *Cartas para minha mãe*, da escritora cubana Teresa Cárdenas e da carta de Conceição Evaristo escrita para o projeto Cartas Negras, disponível na página do evento Ocupação Conceição Evaristo, promovido pelo Itaú Cultural na cidade de São Paulo.

Entendemos a criação de cartas como uma metodologia capaz de incentivar uma escrita mais autoral e menos limitada aos estereótipos tradicionais da criação artística, como talento, gênio, inspiração entre outros. Com isso, buscamos a expressão livre que muitas vezes não é praticada por indivíduos que se veem em situação de subalternidade, espaço esse, aliás, reforçado pela literatura canônica.

Nesse sentido, tomamos como instrumento metodológico a própria reivindicação por voz, implícita na lei, expressa pelas autoras cujos textos são lidos nos encontros. Uma dessas autoras é Miriam Alves, que, em seu artigo “Literatura negra feminina no Brasil – pensando a existência”, afirma:

É de um lugar de alteridade que desponta a escrita da mulher negra. Uma voz que se assume. Interrogando, se interroga. Cobrando, se cobra. Indignada, se indigna. Inscrevendo-se para existir e dar significado à existência, e neste ato se opõe. A partir de sua posição de raça e classe, apropria-se de um veículo que pela história social de opressão não lhe seria próprio, e o faz por meio do seu olhar e fala desnudando os conflitos da sociedade brasileira. Revela o que existe no universo emotivo daquelas mulheres que, nos textos literários das escritoras brancas brasileiras, moram nos quartos dos fundos, das quais mal se pressupõem uma vida, voz, existência e subjetividade própria. (ALVES, 2011, p. 185).

A fala da escritora nos remete ao local de apêndice dedicado à temática negra nos livros didáticos e à necessidade de ocupação de novos espaços. Assim como Conceição Evaristo, que cunhou o termo “escrevivência” para explicar como a autoria de mulheres negras poetiza a experiência e corporifica as dores de viver na subalternidade, Miriam Alves reivindica a subjetividade própria dessas mulheres. Assumimos, portanto, uma função dupla: a de experimentar formas de aplicação da lei 10.639/03, já que a leitura dos textos e as discussões proporcionadas pelos encontros da oficina se refletem nas práticas de sala de aula cotidiana; e a de colocar as mulheres negras no centro da pesquisa acadêmica, uma vez que a oficina se insere no Núcleo de pesquisa e arte do *campus* Tijuca (Nupart).

Resultados e Discussão

Nesses dois anos de existência da oficina tivemos como principais resultados a maior visibilidade para as discussões sobre racismo, machismo e invisibilidade das pessoas negras nos mais diversos âmbitos da sociedade. As práticas da oficina se expandiram para além dos encontros de leitura e passaram a ocupar outros espaços da escola, como a parede localizada em uma das rampas de acesso às salas de aula, onde, em novembro de 2017, foi construído um “paginário negro”, um mural colaborativo em que estudantes e docentes colaram páginas com textos de autoria negra. Além do paginário, foram organizadas rodas de conversa, outras atividades de reflexão contra o racismo, como o “Muro da (des)construção” e a exposição “Quem são as escritoras negras que fazem a literatura brasileira?”.

Este projeto está em andamento, no entanto, ele não tem um prazo para que seja concluído, uma vez que está presente no ciclo contínuo de formação tanto discente quanto docente. Seus resultados, além do já mencionado, estão expostos nos depoimentos de alunas, quem integram o impresso intitulado “Memorial Mulheres Negras e Literatura 2017”, produzido pela equipe do projeto, tais como o texto de Maria Clara Almeida dos Santos:

As experiências que eu tive durante cada um dos encontros de sexta à tarde foram extremamente marcantes, porque foi naquele espaço que eu consegui aprender mais sobre a cultura negra, mais sobre o poder da mulher negra e, com isso, mais sobre o meu poder e minha história como mulher negra e aluna negra de um colégio federal. Eram textos profundamente tocantes que me fizeram ter um olhar diferente sobre assuntos que antes eu já tinha vivenciado, mas não sabia o motivo disto: como a vontade de se ter um cabelo liso, uma pele mais clara ou um nariz mais fino e a oficina me explicou como somos lindas e fortes do jeito que nascemos e me ajudou a construir uma força que me ajuda a não abaixar a cabeça perante atos de racismo entre outros preconceitos.

Conclusões

O desenvolvimento da Oficina Mulheres Negras e Literatura tem provocado as professoras e as alunas e alunos, continuamente, a pensar em um currículo, de fato, plural e que respeite a centralidade da discussão das relações étnico-raciais na escola básica. Não se trata apenas de reparação de uma história em que os negros foram trazidos à força para o Brasil, escravizados, marginalizados e mantidos como subalternos, mas também de (re)construção de uma narrativa outra com os nossos estudantes, segundo a qual as mulheres negras são protagonistas das próprias histórias, agem e modificam o mundo em que estão. Desse modo, as vozes de nossas autoras se unem às vozes das nossas alunas e dos nossos alunos na formação de identidades afroreferenciadas.

Além disso, a circulação de obras de literatura africana e afro-brasileira expande o olhar para a sociedade brasileira marcado pela pluralidade e pela diferença. Tal perspectiva não apenas contribui para a formação dos nossos jovens leitores negros como possibilita que leitores brancos se sensibilizem por experiências que não vivenciam cotidianamente, mas contra as quais precisam, igualmente, lutar a fim de uma sociedade mais justa e antirracista.

Referências

ALVES, Míriam. A literatura negra feminina no Brasil – pensando a existência. *Revista da Associação de Pesquisadores Negros*, v. 1, n. 3, p. 181-189, nov/fev. 2011.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

DALCASTAGNÈ, Regina. “Por que precisamos de escritoras negras e escritores negros?” In: SILVA, Cidinha da (org). *Africanidades e Relações Raciais: Insumos para Políticas Públicas na Área do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(viência) de dupla face. In.: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Orgs.) *Mulheres no Mundo – Etnia, Marginalidade e Diáspora*. João Pessoa: UFPB, Ideia/Editora Universitária, 2005.

FELISBERTO, Fernanda; RISO, Ricardo. “Cânone literário ‘sob rasura’: a urgência de políticas públicas para publicação/divulgação/circulação das literaturas negro-brasileira e periférica”. In: SILVA, Cidinha da (org). *Africanidades e Relações Raciais: Insumos para Políticas Públicas na Área do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014